



O MOVIMENTO DO CONSTRUCIONISMO SOCIAL NA PSICOLOGIA MODERNA¹²

THE SOCIAL CONSTRUCTIONIST MOVEMENT IN MODERN PSYCHOLOGY

EL MOVIMIENTO DEL CONSTRUCCIONISMO SOCIAL EN LA PSICOLOGIA MODERNA

Kenneth J. Gergen³

RESUMO:

O construcionismo social considera o discurso sobre o mundo não como um reflexo ou mapa do mundo, mas como um artefato de intercâmbio social. O construcionismo constitui-se um desafio significativo à compreensão convencional, sendo uma orientação tanto em relação ao conhecimento quanto ao caráter dos constructos psicológicos. Embora as raízes do construcionismo possam ser rastreadas há bom tempo nos debates entre as escolas de pensamento empirista e racionalista, o construcionismo busca ultrapassar o dualismo com o qual ambas as teorias estão comprometidas, e situar o conhecimento no interior dos processos de intercâmbio social. Ainda que o papel da explicação psicológica se torne problemático, um construcionismo plenamente desenvolvido pode oferecer um meio para compreender o processo da ciência e convidar para que se desenvolvam critérios alternativos para a avaliação da investigação psicológica.

Palavras-chave: Construcionismo social; Psicologia moderna; Investigação psicológica.

ABSTRACT:

Social constructionism views discourse about the world not as a reflection or map of the world but as an artifact of communal interchange. Both as an orientation to knowledge and to the character of psychological constructs, constructionism forms a significant challenge to conventional understandings. Although the roots of constructionist thought may be traced to long-standing debates between empiricist and rationalist schools of thought, constructionism attempts to move beyond the

¹ Este artigo é uma elaboração a partir de uma palestra a convite das Divisões 8 e 24, realizada no encontro anual da American Psychological Association, Anaheim, Califórnia, setembro de 1983. O artigo foi publicado, em seguida, em conhecida revista norte-americana: GERGEN, Kenneth J. The Social Constructionist Movement in Modern Psychology. *American Psychologist*.. Vol. 40. n. 3, março de 1985, pp. 266-275.

² Tradução portuguesa de Ercy José Soar Filho e revisão de Marta Regina Hasse Marques da Costa.

³ Professor do Departamento de Psicologia do Swarthmore College, Swarthmore, Pennsylvania, E.U.A.

R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.6, n.1, p. 299-325, jan./jul. 2009

dualism to which both of these traditions are committed and to place knowledge within the process of social interchange. Although the role of psychological explanation is rendered problematic, a fully developed constructionism could furnish a means for understanding the process of science and invites the development of alternative criteria for the evaluation of psychological inquiry.

Key-words: Social constructionism; Modern psychology, Research psychology.

RESUMEN:

El construccionismo social considera el discurso sobre el mundo no como un reflejo o como un mapa del mundo, pero como un artefacto de intercambio social. El construccionismo se constituye en un desafío significativo a la comprensión convencional como una orientación tanto en relación al conocimiento, cuanto al carácter de los constructos psicológicos. Las raíces del construccionismo pueden ser rastreadas hace mucho tiempo en los debates entre las escuelas de pensamiento empirista y racionalista, pero el construccionismo busca ultrapasar el dualismo con el cual ambas están comprometidas y situar el conocimiento en el interior de los procesos de intercambio social. Aunque el papel de la explicación psicológica sea problemático, el construccionismo plenamente desarrollado puede ofrecer una manera de comprender el proceso de la ciencia e invitar para que desarrollen criterios alternativos para la evaluación de la investigación psicológica.

Palavras-clave: Construccionismo social; Psicología moderna, La investigación psicológica.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é traçar os contornos principais de um movimento contemporâneo de conseqüências instigantes. Seria enganoso afirmar tanto que o movimento seja de origem recente quanto que seus proponentes sejam uma legião. As raízes do movimento podem ser adequadamente rastreadas no passado, e alguns podem preferir falar de uma consciência compartilhada e não de um movimento. Entretanto, no decurso de sua metamorfose atual, este emergente corpo de conhecimentos traz implicações de substancial significação. Não se abrem apenas amplas frentes de investigação, como se proporciona nova sustentação aos fundamentos do conhecimento psicológico. Quando essas implicações estão bem elaboradas, torna-se evidente que o estudo dos processos sociais pode ser generalizado para a compreensão da natureza do próprio conhecimento. A psicologia social não mais se manteria, neste caso, como uma derivação da psicologia geral. Ao contrário, esta última passaria a ser entendida como forma de processo social, cujas bases e resultados deverão ser elucidados pela investigação

social. De forma semelhante, uma investigação epistemológica, juntamente com a filosofia da ciência, daria lugar à investigação social, ou se tornaria parte dela. Essas são conjecturas ambiciosas e, como veremos, aceitá-las poderá significar o abandono de muito daquilo que se considera sagrado. Não obstante, é a plausibilidade dessas conjeturas que espero demonstrar neste artigo, esclarecendo simultaneamente os contornos e as origens do movimento do construcionismo social.⁴

2 A ORIENTAÇÃO CONSTRUCIONISTA SOCIAL

A pesquisa construcionista social ocupa-se principalmente de explicar os processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam, ou, de alguma forma, dão conta do mundo em que vivem (incluindo-se a si mesmas). Busca articular formas compartilhadas de entendimento tal como existem atualmente, como existiram em períodos históricos anteriores, e como poderão vir a existir se a atenção criativa se dirigir neste sentido. No plano meta-teórico, a maior parte desse trabalho manifesta uma ou mais das seguintes premissas.

1. Aquilo que consideramos como experiência do mundo não determina por si só os termos em que o mundo é compreendido. O que consideramos conhecimento do mundo não é um produto da indução, ou da construção e avaliação de hipóteses gerais. A crescente crítica da concepção positivista-empirista do conhecimento afetou severamente a visão tradicional de que as teorias servem para refletir ou mapear a realidade de uma forma direta ou descontextualizada (cf. Feyerabend, 1976; Hanson, 1958; Kuhn, 1962/1970; Quine, 1960; Taylor, 1971). Como podem as categorias teóricas ser induzidas ou derivadas da observação, nos perguntamos, se o processo de identificação de atributos observáveis depende, ele próprio, das categorias que já possuímos? Como podem as categorias teóricas mapear ou refletir o mundo se cada definição usada para conectar a categoria à observação requer,

⁴ Embora o nome *construtivismo* também seja utilizado para se referir ao mesmo movimento (cf. Watzlawick, 1984), este termo é usado mais para se referir à teoria piagetiana, a uma forma de teoria perceptual, e a um importante movimento artístico do século xx. O termo *construcionismo* evita essas confusões e permite que se mantenha o vínculo com a obra seminal de Berger e Luckmann (1966), *The Social Construction of Reality (A Construção Social da Realidade)*.

gêneros. Examinando os vários modos como diferentes culturas e grupos subculturais entendem o gênero, os referentes para os termos *homem* e *mulher* tornam-se obscuros. Abrem-se assim possibilidades para meios alternativos de compreensão das diferenças de gênero, ou para o completo abandono de tais distinções. No trabalho extensivo de Averill (1982) sobre as emoções, somos forçados a questionar o pressuposto de que a raiva seja um estado biológico do organismo, e convidados a considerá-la uma performance social historicamente contingente. Sarbin (1984) estendeu essa linha de pensamento ao conjunto inteiro dos termos emocionais. Emoções não são objetos existentes “no mundo” para serem estudados, especulou Sarbin; os termos emocionais adquirem sentido não de referentes do mundo-real, mas de seu contexto de uso.

Críticas semelhantes a essas têm sido lançadas contra o caráter dado por assente do suicídio (Atkinson, 1977), das crenças (Needham, 1972), da esquizofrenia (Sarbin & Mancuso, 1980), do altruísmo (Gergen & Gergen, 1983), do distúrbio psicológico (Garfinkel, 1967), da infância (Kessen, 1979), da violência doméstica (Greenblat, 1983), da menopausa (McCrea, 1983), e das causas situacionais (Gergen & Gergen, 1982). Em cada caso demonstrou-se que os critérios objetivos para identificar tais “comportamentos”, “eventos” ou “entidades” são altamente circunscritos pela cultura, pela história, pelo contexto social, ou simplesmente não existem.

2. Os termos com os quais entendemos o mundo são artefatos sociais, produtos historicamente situados de intercâmbios entre as pessoas. Do ponto de vista construcionista, o processo de compreensão não é automaticamente conduzido pelas forças da natureza, mas é o resultado de um empreendimento ativo, cooperativo, de pessoas em relação. Sob este enfoque, a investigação é atraída às bases históricas e culturais das várias formas de construção do mundo. Por exemplo, a investigação histórica tem revelado amplas variações históricas no conceito de criança (Ariès, 1962), de amor romântico (Averill, 1985), de amor maternal (Badinter, 1980), e de *self* (Verhave & van Hoorne, 1984). Em cada um desses casos, as construções da pessoa ou da relação passaram por mudanças significativas através do tempo. Em certos períodos, a infância não era considerada uma fase especializada do desenvolvimento, o amor romântico ou o maternal não

eram componentes da constituição humana, e o *self* não era visto como isolado ou autônomo. Tais mudanças de concepção não parecem refletir alterações nos objetos ou entidades às quais concernem, mas parecem estar localizadas em fatores historicamente contingentes. Estudos etnográficos chegam às mesmas conclusões. Os conceitos de processo psicológico diferem marcadamente de uma cultura para outra (ver o volume editado por Heelas & Lock, 1981). As descrições das emoções entre os Ifaluk (Lutz, 1982), da identidade entre os Trobriandeses (Lee, 1959), do conhecimento entre os Illongot (Rosaldo, 1980), e do *self* entre os Maori (Smith, 1981), todas elas servem com desafio à ontologia da mente na cultura ocidental contemporânea. Elas convidam-nos a considerar as origens sociais das concepções sobre a mente dadas por assente, tais como a bifurcação entre razão e emoção, a existência de motivações e memórias, e o sistema simbólico que se crê subjacente à linguagem. Elas dirigem nossa atenção para as instituições sociais, morais, políticas e econômicas que sustentam e são apoiadas pelas premissas atuais sobre a atividade humana.

A investigação construcionista dirigiu-se em seguida aos axiomas ou proposições fundamentais subjacentes às descrições das pessoas na sociedade atual (Davis & Todd, 1982; Gergen, 1984a; Ossario, 1978; Semin & Chesebrough, no prelo; Shotter & Burton, 1983; Smedslund, 1978). Primeiramente, perguntamo-nos se os modelos populares de mente, dentro de uma cultura, necessariamente determinam ou restringem as conclusões a que chegam os profissionais. Como pode o psicólogo sair do entendimento cultural e continuar “compreendendo”? Além disso, nos perguntamos, existem regras genéricas que governam as descrições das ações humanas a partir das quais se derivam as convenções comuns? Tal trabalho é de interesse especial na medida em que começa a delinear as possíveis restrições sobre o que a pesquisa psicológica pode falar. Se pudermos isolar as proposições e os pressupostos que cimentam os discursos sobre as pessoas, contaremos com uma base para entender o que a teoria psicológica *deve* dizer se quiser ser razoável ou comunicável.

3. O grau com que uma dada forma de entendimento prevalece ou se sustenta através do tempo não depende fundamentalmente da validade empírica da perspectiva em questão, mas das vicissitudes dos processos sociais (p.ex.,

comunicação, negociação, conflito, retórica). Como se propõe aqui, perspectivas, pontos de vista, ou descrições de pessoas podem ser mantidas sem que se leve em consideração as variações de sua conduta. Independentemente da estabilidade ou da repetição da conduta, perspectivas podem ser abandonadas na medida em que sua inteligibilidade seja questionada dentro da comunidade de interlocutores. A observação das pessoas é, portanto, questionável como base de correção ou como guia para a descrição de pessoas. Ao contrário, as regras sobre “o que conta como o quê” são inerentemente ambíguas, em contínua evolução, e livres para variar de acordo com as predileções daqueles que as utilizam. Nessas bases, somos levados inclusive a questionar o conceito de verdade. Não será a principal utilidade do termo “*verdade*” ser um meio de garantir a própria posição e desacreditar os contentores por inteligibilidade (Gergen, 1984b)?

Nessa mesma direção, Sabini e Silver (1982) demonstraram como as pessoas manejam a definição de moralidade nas relações. As possibilidades de um ato ser definido como inveja, flerte ou raiva, flutuam num oceano de trocas sociais. As interpretações podem ser sugeridas, afirmadas, ou abandonadas na medida em que as relações sociais se desdobram através do tempo. Mummendey e colegas (Mummendey, Bonewasser, Loschper & Linneweber, 1982) mostraram como se decide se um ato constitui uma agressão ou não. Assim, a agressão deixa de existir como um fato no mundo e se torna um recurso de rotulação para o controle social. Outros investigadores (cf. Cantor & Brown, 1981; Harré, 1981; Lalljee, 1981) discutiram os processos de negociação social subjacentes à atribuição de causalidade nas ações das pessoas. Em trabalho anterior sobre a identidade (Gergen, 1977), focalizamos as maneiras pelas quais a auto-definição se realinha ao longo do tempo, na medida em que se alteram as circunstâncias sociais. Os especialistas em comunicação, Pearce e Cronen (1980), traçaram uma teoria geral para a negociação da realidade. Outros se concentraram na família (Reiss, 1981) e na mídia (Adoni & Mane, 1984), e em como elas contribuem para as formas prevalentes de interpretação.

Praticamente a mesma linha de pensamento tem sido crescentemente empregada por historiadores e sociólogos da ciência para entender a conduta científica. Por exemplo, Mendelsohn (1977) argumentou que as premissas

epistemológicas da ciência moderna foram, em grande medida, desenvolvidas como um meio de obter controle social. Bohme (1977) discutiu as regras informais usadas pelas comunidades científicas na determinação do que deve ser considerado como fatos. Pesquisadores como Latour e Woolgar (1979) e Knorr-Cetina (1981) conduziram observações participantes em laboratórios de ciências naturais – como se fossem antropólogos explorando costumes tribais. Como eles afirmam, o que se passa por “fato puro” nas ciências naturais depende tipicamente de um conjunto sutil, embora poderoso, de microprocessos sociais. De fato, o salto é de uma epistemologia experimental para uma epistemologia social (Campbell, 1969; Sullivan, 1984).

4. As formas de compreensão negociada são de uma importância crítica na vida social, na medida em que estão integralmente conectadas com muitas outras atividades das quais participam as pessoas. As descrições e explicações sobre o mundo constituem, elas próprias, formas de ação social. Assim sendo, estão entrelaçadas no amplo leque de outras atividades humanas. A abertura “Oi, como vai?” é tipicamente acompanhada de uma gama de expressões faciais, posturas corporais e movimentos sem os quais a expressão pareceria artificial, se não aberrante. Da mesma forma, descrições e explicações compõem uma parte integral de vários modelos sociais. Elas servem, portanto, para sustentar e apoiar certos padrões, à exclusão de outros. Alterar descrições e explicações é, portanto, desafiar certas ações e propor outras. Construir pessoas de tal forma que elas possuam um pecado original é propor certas linhas de ação e não outras. Ou, tratar depressão, ansiedade ou medo como emoções das quais as pessoas sofrem involuntariamente tem implicações bem diferentes do que tratá-las como tendo sido escolhidas, selecionadas ou representadas num palco.

É nessa mesma direção que muitos pesquisadores têm se ocupado das imagens ou metáforas das ações humanas que são prevalentemente empregadas no campo da psicologia. Debates têm sido feitos sobre as vastas conseqüências sociais de se verem as pessoas como máquinas (Shotter, 1975), como indivíduos autônomos (Sampson, 1977, 1983), ou como negociadores econômicos nas relações sociais (Wexler, 1983). Também se têm empreendido ataques contra os efeitos danosos, para as crianças, das construções predominantes sobre a mente

infantil (Walkerdine, 1984), o sexismo implícito em investigações que assumem a superioridade de princípios universais na tomada de decisões morais (Gilligan, 1982), os efeitos de teorias sobre mecanismos cognitivos com sua implícita despreocupação para com as circunstâncias materiais da sociedade (Sampson, 1981), e os efeitos anômicos de avaliações psicológicas em organizações (Holway, 1984).

3 O CONSTRUCIONISMO SOCIAL NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

A importância do movimento construcionista é mais bem apreciada tendo como fundo a história. Embora o tratamento completo dos antecedentes relevantes esteja além do alcance deste artigo, é útil entender o construcionismo em relação a duas tradições intelectuais rivais. Estas tradições podem ser amplamente identificadas em termos de orientações ou modelos básicos de conhecimento. Por um lado, pensadores como Locke, Hume, os Mills e vários empiristas lógicos do presente século localizaram a fonte do conhecimento (como representação mental) nos eventos do mundo real. O conhecimento copia (ou deveria idealmente copiar) os contornos do mundo. Esta *perspectiva exogênica* (Gergen, 1982) tende, portanto, a ver o conhecimento como um peão da natureza. O conhecimento apropriado mapeia ou espelha o mundo real como ele é. Em contraste, filósofos como Spinoza, Kant, Nietzsche e vários fenomenólogos tenderam a adotar uma *perspectiva endogênica* quanto às origens do conhecimento. Neste caso, o conhecimento depende de processos (algumas vezes considerados inatos) endêmicos ao organismo. Diz-se assim que os humanos abrigam tendências inatas a pensar, categorizar, ou processar informação, e que essas tendências (antes do que as características do mundo em si mesmo) são de importância capital na configuração do conhecimento.

A antinomia exogênico-endogênico tem também desempenhado papel importante na história da teoria psicológica. Como delineei em outro lugar (Gergen, 1982), os primeiros teóricos alemães tentaram, freqüentemente em vão, unir as duas perspectivas. A tentativa da pesquisa psicológica clássica de estabelecer uma relação precisa entre o mundo externo e o interno não é mais do que um exemplo disso. Na medida em que a psicologia se desenvolveu nos Estados Unidos, guiada

tanto pela filosofia pragmatista como pela positivista, ela adquiriu um forte caráter exogênico. O behaviorismo (juntamente com o neo-behaviorismo) localizou (e continua localizando) os determinantes principais da atividade humana no ambiente. Para que o organismo se adapte com sucesso, alega-se, o seu conhecimento deve representar ou refletir adequadamente o meio ambiente. Até recentemente, a perspectiva endogênica não conseguiu florescer em solo americano. Um punhado de psicólogos gestálticos, com sua ênfase nas tendências autóctones da organização perceptual, e um valoroso grupo de fenomenólogos, virtualmente impediram que essa orientação percesse.

Ainda assim, nas últimas duas décadas, temos testemunhado o que parece ser uma importante reversão de ênfase. A perspectiva endogênica retornou com força total com a roupagem de psicologia cognitiva. As sementes dessa evolução na psicologia social foram plantadas por Kurt Lewin, cujo interesse central no campo psicológico era essencialmente uma retomada do racionalismo continental. Nas mãos de seus estudantes, esta ênfase se reinstituiu em conceitos como realidade social (em oposição a realidade física) (Festinger, 1954), processo de comparação social (Festinger, 1954), percepção motivada (Pepitone, 1949), e dissonância cognitiva (Festinger, 1957). A posição central desse trabalho na psicologia social serviu também para polir a sensibilidade de gerações posteriores de pesquisadores. O interesse pela inferência lógica, modelos cognitivos, armazenamento e recuperação de informação, e heurística cognitiva, ampliaram a premissa lewiniana: a ação humana é criticamente dependente do processamento de informação, ou seja, no mundo como é conhecido, e não no mundo como é. É claro que tal mudança na ênfase explicativa ocorreu, em grande medida, também na psicologia em geral. Os contornos dessa “revolução cognitiva” são amplamente reconhecidos.

Apesar disso, é minha opinião que, apesar da riqueza de conceitualização e a profundidade de sua herança, a perspectiva endogênica ainda não atingiu um domínio completo – e nem poderá, em princípio. Há muito a se dizer a esse respeito, mas, novamente, é necessário um breve esboço. Em primeiro lugar, o cognitivismo não superou ainda – nem na psicologia social nem na psicologia em geral – a perspectiva exogênica, pois esta constitui a base meta-teórica da própria ciência. Vale dizer, a concepção contemporânea da ciência psicológica é um subproduto da

filosofia empirista ou exogênica – comprometida como tem estado com a tarefa de gerar um conhecimento objetivo do mundo. O psicólogo experimental, portanto, propõe-se a usar métodos para estabelecer um conhecimento objetivo sobre os processos cognitivos. Na medida em que o pesquisador afirma ter atingido uma representação acurada do mundo (dando apoio, portanto, à perspectiva exogênica), contrapõe-se à opinião de que o mundo como é representado é mais importante do que o mundo em si mesmo. Ao buscar uma verdade objetiva (o que é verdadeiro independentemente da avaliação subjetiva), o pesquisador cognitivista denigre a importância dos mesmos processos que tenta elucidar. A base exogênica da atividade científica mina a validade das teorias endogênicas que estão sob avaliação.

Parece que o cognitivismo tampouco poderá atingir a hegemonia no discurso psicológico. Essa tem sido uma história de disputas contínuas e não resolvidas entre pensadores exogênicos (ou empiristas, neste contexto) e endogênicos (racionalistas, idealistas, fenomenológicos). Essencialmente, a história da filosofia do conhecimento pode ser amplamente escrita em termos de uma série contínua de movimentos pendulares. Temos testemunhado o conflito entre as formas puras do conhecimento de Platão *versus* o interesse de Aristóteles pelo papel da experiência sensorial; entre a autoridade atribuída por Bacon, Locke e Hume à experiência *versus* as capacidades racionais atribuídas à mente por Descartes, Spinoza e Kant; entre a ênfase colocada por Schopenhauer e Nietzsche, na vontade e na paixão, na geração do conhecimento, e as tentativas dos positivistas lógicos de basear todo conhecimento em dados observáveis. O que poderia evitar a mesma trajetória histórica na psicologia? Temos assistido muito recentemente a uma mudança na revolução cognitiva da perspectiva exogênica para a endogênica. Na medida em que as imperfeições inerentes ao cognitivismo continuem sendo reveladas, nos futuros trabalhos psicológicos, podemos antecipar novamente o retorno de alguma espécie (devidamente esclarecida) de ambientalismo? (A teoria gibsoniana do provimento [*Gibsonian affordance theory*] [Gibson, 1979] pode já estar pressagiando o novo turno.) Tais problemas seguramente surgirão. Por exemplo, quando o cognitivismo é estendido às suas conclusões naturais, converte-se num infeliz, inaceitável solipsismo. Além disso, o cognitivismo permanece perenemente incapaz de resolver

problemas espinhosos, tais como a origem das idéias ou dos conceitos e a forma como as cognições influenciam o comportamento (cf. Gergen, 1985). Restam para serem elaboradas explicações convincentes de como as cognições poderiam tanto ser “construídas” a partir da experiência, como ser geneticamente programadas. Tampouco as teorias têm sido capazes de resolver o dilema cartesiano de explicar como a “matéria mental” pode influenciar ou ditar diferentes movimentos corporais.

É contra esse fundo que se pode observar a emergência do construcionismo social. Ao invés de uma vez mais retomar o movimento de pêndulo, o desafio (para muitos) tem sido transcender o dualismo tradicional sujeito-objeto e todos os problemas que lhe são concomitantes (cf. Rorty, 1979), e desenvolver uma nova estrutura de análise baseada numa teoria alternativa (não empirista) do funcionamento e dos potenciais da ciência. Este movimento inicia-se efetivamente quando se questiona o conceito de conhecimento como representação mental. Dada a miríade de situações insolúveis a que tal conceito dá margem, somos levados a considerar o que se toma por conhecimento nos assuntos humanos. Há pelo menos um candidato majoritário, que é representado pela interpretação lingüística. Geralmente tomamos por conhecimento aquilo que é representado em proposições lingüísticas – arquivado em livros, revistas, disquetes, etc. Estas interpretações, para continuar um tema anterior, são constituintes de práticas sociais. Sob esta perspectiva, o conhecimento não é algo que as pessoas possuem em algum lugar dentro da cabeça, mas sim algo que as pessoas fazem juntas. As linguagens são essencialmente atividades compartilhadas. De fato, até que os sons ou sinais cheguem a ser compartilhados no interior de uma comunidade, é desapropriado falar-se em linguagem. Com efeito, podemos encerrar a investigação sobre a base psicológica da linguagem (cuja descrição constituiria nada mais do que um subtexto ou linguagem em miniatura) e nos focalizar no uso prático da linguagem nos assuntos humanos.⁵

Como temos visto, análises de tipo construcionista social têm sido dedicadas

⁵ Ao se mudar a ênfase, muitas das pesquisas cognitivas tornam-se relevantes para os propósitos construcionistas. Pesquisas sobre protótipos sociais e a subjacente teoria da personalidade, modelos atribucionais, o conceito de inteligência, e assim por diante, não nos informam, desde o ponto de vista atual, sobre outro mundo – ou seja, um mundo interno, cognitivo. Antes, elas podem elucidar a natureza do discurso social e, portanto, levantar questões interessantes sobre a função de tais termos na vida científica e social.

a tópicos tão amplos quanto gênero, agressão, mente, causalidade, pessoa, *self*, criança, motivação, emoção, moralidade, e assim por diante. A preocupação tem sido tipicamente com as formas de linguagem que permeiam a sociedade, os meios pelos quais são negociadas, e suas implicações para outras gamas de atividades sociais. Os psicólogos sociais começam a se unir nesses esforços, assim como com um novo conjunto de disciplinas. Ao contrário de buscar o parentesco com as ciências naturais e a psicologia experimental, uma afinidade rapidamente se faz sentir com uma gama do que podem ser denominadas de *disciplinas interpretativas*, ou seja, disciplinas preocupadas principalmente em dar conta dos sistemas humanos de significado (cf. Rabinow & Sullivan, 1979). Num nível mais imediato, a investigação construcionista social está unida ao trabalho etno-metodológico (cf. Garfinkel, 1967; Psathas, 1979) com ênfase nos métodos empregados pelas pessoas para dar sentido ao mundo, e a muita análise dramática (cf. Goffman, 1959; Sarbin & Scheibe, 1983), com seu foco na utilização estratégica da conduta social. Da mesma forma, tornam-se relevantes os tratamentos dados às bases sociais do conhecimento científico, incluindo a história e sociologia do conhecimento (Knorr, Krohn & Whitley, 1981; Knorr-Cetina & Mulkay, 1983). A investigação antropológica adquire um novo interesse para a psicologia. De especial interesse são os trabalhos dos antropólogos sociais sobre a construção do mundo, e inclusive das pessoas, desenvolvidos em culturas não ocidentais (cf. Geertz, 1973; Shweder & Miller, 1985). De modo semelhante, a psicologia ganha uma dimensão temporal, na medida em que sua análise torna-se articulada com a pesquisa histórica à maneira construcionista (Nowell-Smith, 1977; White, 1978). Além disso, a psicologia pode beneficiar-se muito ao se abrir a considerações da análise literária, inclusive dos aportes sobre metáforas (Lakoff & Johnson, 1980), narratologia (Genette, 1980), e desconstrução de significados (Culler, 1982). Esses trabalhos demonstram as formas como as figuras ou estilos lingüísticos servem para organizar e orientar as tentativas de “descrever” a realidade.

4 O CONSTRUCIONISMO E A PROBLEMÁTICA DA EXPLICAÇÃO PSICOLÓGICA

Até aqui temos considerado as premissas básicas da orientação construcionista, juntamente com suas raízes históricas e sua emergência contemporânea. Resta-nos agora tratar das conseqüências do construcionismo para o caráter da investigação psicológica assim como para a natureza da ciência em geral. Em relação à psicologia, as conseqüências são de longo alcance, e serão necessários muitos anos antes que sejam totalmente exploradas. Para avaliar os argumentos em questão, considere a análise construcionista típica dos processos ou mecanismos psicológicos. Nas mãos de Averill (1982), o conceito de raiva é drasticamente dissociado da fisiologia determinística e torna-se uma forma de papel social; raiva, como um termo, não se refere, portanto, a um estado mental, mas constitui, ela mesma, parte do papel social. Numa análise correlata (Mills, 1940), o questionamento é direcionado ao conceito de motivação como o poder primário capaz de colocar as pessoas em ação, e o foco muda para as conversas das pessoas sobre seus motivos e suas implicações sociais. A mente (Coulter, 1979) torna-se uma forma de mito social; o conceito de si mesmo (Gergen, 1985) é removido da cabeça e localizado no interior da esfera do discurso social. Em cada um desses casos, portanto, o que tem sido tomado por diferentes segmentos da profissão como “fatos sobre a natureza do universo psicológico”, fica em suspensão; cada conceito (emoção, motivo, etc.) é recortado de uma base ontológica no interior da cabeça e se torna um constituinte do processo social. De acordo com as últimas análises de Wittgenstein (1963), deixamos de ver os predicados mentais como possuidores de uma relação sintática com o mundo dos eventos mentais; ao contrário, como Austin (1962a) e outros pós-wittgensteinianos propuseram, tais termos estão valorizados em termos das práticas sociais nas quais eles funcionam.

Nessa perspectiva, então, toda teorização psicológica e o conjunto de conceitos que formam a base das pesquisas tornam-se problemáticos como potenciais refletores de uma realidade interna e se tornam, eles próprios, matéria de interesse analítico. Os consensos profissionais passam a ser suspeitos; as crenças normalizadas convertem-se em alvos de desmistificação; a “verdade” sobre a vida

mental se apresenta como curiosa. Ou, numa perspectiva levemente diferente, as visões contemporâneas da profissão em questões como cognição, motivação, percepção, processamento de informação, e assim por diante, tornam-se candidatas à comparação histórica e transcultural. Na perspectiva construcionista, elas freqüentemente constituem uma forma de etno-psicologia, situada histórica e culturalmente, institucionalmente útil, normativamente sustentada, e sujeita à deterioração e decadência com o transcorrer da história.

Como está claro, o construcionismo inevitavelmente encontrará resistências dentro da psicologia em geral. Ele se constitui num desafio potencial às premissas tradicionais do conhecimento; a pesquisa psicológica é ela própria, colocada na desconfortável posição de um objeto de pesquisa. Todavia, para o analista social, a mudança é de grandes proporções. A investigação social já não se defronta com a ameaça de se tornar um empreendimento secundário, meramente elaborando as implicações sociais de processos psicológicos mais fundamentais. Ao contrário, o que se toma como processo psicológico, em última instância, passa a ser um derivativo de trocas sociais. O *locus* explicativo da ação humana muda da região interior da mente para os processos e estruturas de interação humana. A pergunta “por quê?” não é respondida com um estado ou processo psicológico, mas se levando em consideração as pessoas em relação. Poucos estão preparados para um deslocamento conceitual tão violento. Contudo, para os inovadores, aventureiros e as pessoas flexíveis, os horizontes são de fato emocionantes.

5 O CONSTRUCIONISMO E O CARÁTER DA CIÊNCIA.

Apesar de que muitos acharão difícil abandonar o uso de mecanismos, estruturas e processos psicológicos como importantes veículos explicativos, essa perda pode ser acompanhada de um desafio de conseqüências ainda maiores. O desafio é essencialmente o de lidar com uma nova concepção de conhecimento. Podemos avaliar este aspecto quando consideramos o fato de que os problemas inerentes a ambas as orientações - endo e exogênica - estão igualmente arraigados na concepção contemporânea de conhecimento científico e de sua aquisição. Em particular, as premissas empiristas, que constituem o fundamento subjacente da

pesquisa em psicologia (e virtualmente de toda a ciência contemporânea), são derivadas principalmente da tradição intelectual exogênica. Essa orientação, com sua ênfase no conhecimento como uma representação interna do estado da natureza, é manifestamente explícita na tentativa tradicional de firmar o conhecimento científico através de processos de verificação e falsificação empíricas. Entretanto, se o construcionismo quer transcender a antinomia exogênico-endogênico e o interminável conflito que ela tem gerado até agora, tem que evitar também a explicação empirista do conhecimento científico. Ao abandonar a dicotomia sujeito-objeto, central ao debate disciplinar, deve também desafiar o dualismo como a base da teoria do conhecimento científico.

O que se confronta, portanto, é a tradicional concepção ocidental de um conhecimento objetivo, individualista e a-histórico – uma concepção que se insinuou virtualmente em todos os aspectos da vida institucional moderna. Na medida em que essa visão é cada vez mais questionada, deve-se avaliar a possibilidade de se moldar uma metateoria científica alternativa, baseada nas premissas construcionistas. Tal metateoria poderá deslocar o conhecimento dos domínios condicionados pelos dados empíricos e/ou dependentes cognitivamente deles, e depositá-lo nas mãos das pessoas em relação. Nessa perspectiva, a formulação científica não resultaria de uma aplicação impessoal de regras metodológicas descontextualizadas, mas da responsabilidade de pessoas em intercâmbio ativo e compartilhado.

Em outros trabalhos, o perfil dessa metateoria emergente tem sido referido como *sócio-racionalista* (Gergen, 1982; Gergen & Morawski, 1980). Desse ponto de vista, o *locus* da racionalidade científica não se encontra nas mentes de pessoas independentes, mas no interior do agregado social. O que é racional é o resultado da inteligibilidade negociada. O desenvolvimento ulterior dessa metateoria deveria ser de uma alta prioridade para os pensadores sociais. Assim, se o caráter do processo sócio-racionalista estiver entre as preocupações centrais do investigador social, a importante tarefa de entender a geração e a evolução do conhecimento tocará principalmente aos estudiosos do campo social. Muito da investigação filosófica – inclusive da filosofia da ciência – torna-se, portanto, sujeita à análise construcionista social. Os filósofos da ciência já estão, em certa medida, conscientes

dessa perspectiva. Nos últimos anos, a investigação filosófica tem diminuído. A confiança nas premissas empiristas tem erodido de forma importante, e não há um contendor evidente no horizonte (Bernstein, 1978).⁶ Tal investigação tem sido gradativamente substituída pela análise histórica. O tratado seminal de Kuhn (1962/1970), sobre as revoluções no conhecimento científico, é essencialmente uma descrição histórica, e muito da discussão subsequente sobre a racionalidade e o progresso em ciência tem procedido principalmente de bases históricas, e não filosóficas. Essa história é essencialmente social, e sua elaboração requer uma grande atenção aos processos de intercâmbio humano. Falta, entretanto, aos analistas sociais em geral, que tomem consciência da posição central que podem legitimamente ocupar.

Até agora as pensadoras feministas tem estado entre os que mais agudamente se deram conta de tais possibilidades. Para as feministas, a orientação empirista não tem sido em geral, uma perspectiva simpática, na medida em que advoga a manipulação, supressão e alienação daqueles a quem propõe entender (Jager, 1983). Além disso, sob a perspectiva feminista, a ciência empírica tem sido freqüentemente empregada por homens para construir visões das mulheres que contribuem para sua subjugação (Bleir, 1984; Weisstein, 1971). Tanto o processo quanto os produtos da ciência empírica têm, portanto, estado sob assalto. Como resultado, muitas feministas buscaram formas alternativas de entendimento – tanto da ciência, quanto dos outros seres humanos. O construcionismo tem sido uma alternativa atraente por causa de sua ênfase nas bases sociais do conhecimento, seus processos de interpretação, e sua preocupação com os fundamentos valorativos das descrições científicas. As feministas têm sido, portanto, pioneiras no emprego de estratégias interpretativas de pesquisa (Acker, Barry & Essveld, 1983; Bowles, 1984), documentando a construção científica de gênero (Morawski, no prelo), demonstrando os usos pragmáticos da investigação construcionista (Sassen, 1980), e explorando os fundamentos da metateoria construcionista (Unger, 1983).

⁶ Tem-se gerado um interesse recente numa alternativa “realista” à metateoria empirista (Bhaskar, 1978; Manicas & Secord, 1983). Entretanto, apesar de oposta às bases da explicação científica de Hume, a filosofia realista compartilha com o empirismo um leque de premissas fundamentais. Ela está sujeita à maioria das críticas lançadas contra o empirismo.

Não obstante, a possibilidade de uma teoria alternativa do conhecimento dificilmente pode pretender ser de amplo interesse. São profundos os investimentos feitos, e o senso de segurança proporcionado, pelas tradições duradouras. Podem-se antecipar profundas desconfianças no interior desses círculos no que tange aos critérios de conhecimento e ao respectivo problema da metodologia apropriada. O empirismo tradicional sustenta que a experiência é a pedra angular da objetividade; as hipóteses devem ser confirmadas ou confrontadas em virtude dos dados sensíveis. Ainda, do ponto de vista construcionista, ambos os conceitos de experiência e de dados sensíveis estão colocados em questão. De que fundamentos eles retiram suas garantias de verdade? Não são os chamados “informes de experiência própria”, construções lingüísticas orientadas e modeladas pelas convenções do discurso historicamente contingentes? Apesar disso, ainda que lançando dúvidas sobre o processo de garantia objetiva, o construcionismo não oferece nenhum critério alternativo de verdade. As descrições de construções sociais não podem ser, elas próprias, garantidas empiricamente. Se devidamente realizadas, tais descrições podem permitir que se escape dos limites daquilo que é tomado por assente. Elas podem emancipar a pessoa das demandas da convenção. Entretanto, o sucesso de tais descrições depende primariamente da capacidade do analista de convidar, compelir, estimular, ou deleitar a audiência, e não de critérios de veracidade. Requerem-se, portanto, critérios alternativos para avaliar as exigências do conhecimento – critérios que possam razoavelmente levar em consideração as necessidades dos sistemas de inteligibilidade, as limitações inerentes às construções existentes, juntamente com um leque de considerações políticas, morais, estéticas e práticas.

Pelo mesmo motivo, o construcionismo social não oferece “a verdade através do método”. As ciências têm estado, em grande medida, encantadas pelo mito de que a aplicação assídua de um método rigoroso pode produzir fatos incontestáveis – como se o método empírico fosse algum tipo de moedor de carne no qual se produziria a verdade como salsichas. Contudo, como têm mostrado analistas como Quine, Taylor, Hanson e Feyerabend, tal encantamento tem um mérito duvidoso. A segurança previamente existente encontra-se sem fundamento seguro. Para alguém que busque tal segurança, o construcionismo social dificilmente será palatável. Isso

Se aceitarmos o desafio de desenvolver uma metateoria alternativa, uma variedade de mudanças interessantes pode ser antecipada no caráter da vida profissional. O problema de forjar uma descrição precisa da gênese social do conhecimento não é inseqüente. Novas ferramentas teóricas são necessárias – conceitos que se encontram entre os problemáticos domínios explanatórios da psicologia e da sociologia. As funções da linguagem, tanto como sistema de referência quanto como forma de participação social, têm que ser elaboradas. Temos que prover uma visão geral das dimensões sociais da ciência natural, da ciência social, e da filosofia. A demarcação (se alguma existe) entre ciência e não-ciência deve ser cuidadosamente examinada. Deve ser avaliada a extensão em que as descrições científicas precisam ser corrigidas ou modificadas (se é que precisam) através da observação. De fato, um leque de difíceis problemas deve ser confrontado, problemas que são essencialmente conceituais, antes que empíricos. Para tais tarefas é essencial o diálogo entre psicólogos e colegas de mesma mentalidade em sociologia, antropologia, história, filosofia e estudos literários. Se esse diálogo ocorrer, é razoável que antecipemos o desenvolvimento de novos pontos de partida teóricos, de uma metateoria para uma nova concepção de ciência, e de uma renovação geral dos recursos intelectuais.



REFERÊNCIAS

- ACKER, J., BARRY, K., & ESSEVELD, J. (1983). **Objectivity and truth: Problems in doing feminist research**. *Women's Studies International Forum*, 4, 423-435.
- ADONI, H., & MANE, S. (1984). **Media and the social construction of reality**. *Communication Research*. 11. 323-340.
- ANSCOMBE, G. E. M. (1976). **Intention**. Oxford, England: Blackwell (Original work published 1957).
- ARIES, P. (1962). **Centuries of childhood: A social history of family life**. New York: Vintage.
- ATKINSON, J. M. (1977). **Discovering suicide: Studies in the social organization of sudden death**. London: Macmillan Press.
- AUSTIN, J. L. (1962a). **How to do things with words**. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- AUSTIN, J. L. (1962b). **Sense and sensibilia**. London: Oxford University Press.
- AVERILL, J. (1982). **Anger and aggression**. New York: Springer Verlag.
- AVERILL, J. (1985). **The social construction of emotion: With special reference to love**. In K. J. Gergen & K. E. Davis (Eds.), *The social construction of the person*. New York: Springer-Verlag.
- BADINTER, E. (1980). **Mother love, myth and reality**. New York: Macmillan.
- BERGER, P., & LUCKMANN, T. (1966). **The social construction of reality**. Garden City, NY: Doubleday.
- BERNSTEIN, R. (1978). **The restructuring of social and political theory**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- BHASKAR, R. (1978). **A realist theory of science** (2nd ed.). Atlantic Highlands, NJ: Humanities Press.
- BLEIER, R. (1984). **Science and gender, a critique of biology and its theories on women**. New York: Pergamon.
- BOHME, G. (1977). **Cognitive norms, knowledge interests and the constitution of the scientific object**. In E. Mendelsohn & P. Weingart (Eds.), *The social production of scientific knowledge*. Dordrecht, The Netherlands: Reidel.

BOWLES, G. (1984). **The use of hermeneutics for feminist scholarship**. *Women's Studies International Forum*, 7, 185-188.

CAMPBELL, D. (1969). **Ethnocentrism of disciplines and the Fish scale model of omniscience**. In M. Sherif & C. W. Sherif (Eds.), *Inter-disciplinary relationships in the social sciences* (pp. 140-152). Chicago: Aldine.

CANTOR, D., & BROWN, J. (1981). **Explanatory roles**. In C. Antaki (Ed.), *The psychology of ordinary explanations* (pp. 221-242). London: Academic Press.

COULTER, J. (1979). **The social construction of the mind**. New York: Macmillan.

CULLER, J. (1982). **On deconstruction**. Ithaca, NY: Cornell University Press.

DAVIS, K. E., & TODD, M. J. (1982). **Friendship and love relationships**. In K. Davis (Ed.), *Advances in descriptive psychology* (Vol. 2, pp. 79-122). Greenwich, IT: JAI Press.

FESTINGER, L. (1954). **A theory of social comparison processes**. *Human Relations*, 7, 117-140.

FESTINGER, L. (1957). **A theory of cognitive dissonance**. Evanston, IL: Row, Peterson.

FEYERABEND, P. K. (1976). **Against method**. New York: Humanities Press.

GARFINKEL, H. (1967). **Studies in ethnomethodology**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.

GEERTZ, C. (1973). **Interpretation of cultures**. New York: Basic Books.

GENETTE, R. (1980). **Narrative discourse**. Ithaca, New York: Cornell University Press.

GERGEN, K. J. (1977). **The social construction of self-knowledge**. In L. Mischel (Ed.), *The self, psychological and philosophical issues*. Oxford, England: Blackwell.

_____ (1982). **Toward transformation in social knowledge**. New York: Springer-Verlag.

_____ (1984a). **Aggression as discourse**. In A. Mummendey (Ed.), *Social psychology of aggression* (pp. 51-68). New York: Springer-Verlag.

_____ (1984b) **Warranting voice and the elaboration of the self**. Paper presented at the Wales Conference on Self & Identity, Cardiff, Wales.

_____ (1985). **Theory of the self: Impasse and evolution**. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology*. New York: Academic Press.

GERGEN, K. J., & GERGEN, M. M. (1982). **Form and function in the explanation of human conduct** In P. Secord (Ed.), *Paradigms in the social sciences* (pp. 127-151). Beverly Hills. CA: Sage.

_____ (1983). The social construction of helping relationships. In J. D. Fisher. A. Nadler, & B. DePaulo (Eds.), *New directions in helping* (Vol. 1, pp. 144-163). New York: Academic Press.

GERGEN, K. J., & MORAWSKI, J. (1980). **An alternative metatheory for social psychology**. In L. Wheeler (Ed.), *Review of personality and social psychology* (pp. 326-352). Beverly Hills: Sage.

GIBSON, J. J. (1979). **The ecological approach to visual perception**. Boston: Houghton Mifflin.

GILLIGAN, C. (1982). **In a different voice**. Cambridge, MA: Harvard University Press.

GOFFMAN, E. (1959). **The presentation of self in everyday life**. New York: Doubleday.

GREENBLAT, C. S. (1983). **A hit is a hit is a hit ... Or is it?** In R. J. Finnkelhor; R. J. Gelles. G. T. Hotaling, & M. A. Straus (Eds.), *The dark side of families: Current family violence research* (pp. 132-158). Beverly Hills, CA: Sage.

HANSON, N. R. (1958). **Patterns of discovery**. London: Cambridge University Press.

HARRE, R. (1981). **Expressive aspects of descriptions of others**. In C. Antaki (Ed.), *The psychology of ordinary explanations* (pp. 139-156). London: Academic Press.

HEELAS, P., & Lock, A. (Eds.). (1981). **Indigenous psychologies**. London: Academic Press.

HOLLWAY, w. (1984). **Fining work: Psychological assessment in organizations**. In J. Henriques, W. Hallway, C. Urwin, V. Louze, & V. Walkerdine (Eds.), *Changing the subject* (pp. 26-59). London: Methuen.

JAEGER, A. (1983). **Feminist politics and human nature**. New York: Rowman & Allanheld, Kessen, W. (1979). *The American child and other cultural inventions*. *American Psychologist*, 34, 815-820.

KESSLER, S., & McKenna, W. (1978). **Gender: An ethnomethodological approach**. New York: Wiley.

